

JUCESP PROTOCOLO
2.183.830/14-1



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLS, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.**

celebrada entre

ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.,
na qualidade de emissora;

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
na qualidade de agente fiduciário

em 08 de dezembro de 2014



[Assinatura]
s/Punheiro
al

[Assinatura]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.

Pelo presente instrumento particular, na qualidade de emissora,

- (a) **ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, 120, 11º andar - parte, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 09.437.097/0001-79, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

E, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures ("Debenturistas"),

- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, ala B - Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário" e, em conjunto com a Emissora, "Partes");

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Odebrecht Ambiental S.A." ("Escritura de Emissão"), conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I. AUTORIZAÇÃO

- 1.1. A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) objeto desta Escritura de Emissão, é celebrada de acordo com Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 08 de dezembro de 2014 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404").

CLÁUSULA II. REQUISITOS

- 2.1. Arquivamento. A ata da AGE e a presente Escritura de Emissão, incluindo eventuais



aditamentos, serão arquivada na JUCESP, nos termos do artigo 62 da Lei 6.404.

- 2.2. Publicações. A ata da AGE será publicada no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos da legislação aplicável.
- 2.3. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA. A Emissão será realizada nos termos da Instrução nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM” e “ICVM 476”, respectivamente) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Oferta Restrita”), nos termos do artigo 6º da ICVM 476.
- 2.3.1. A Oferta Restrita será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” (“Código ANBIMA”), condicionado à expedição, até a data de encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º do Código ANBIMA.
- 2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observadas as condições restritas de negociação, conforme ICVM 476.
- 2.4.1. Não obstante o descrito no item (2.4) acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da ICVM 476, observando ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da ICVM 476.

CLÁUSULA III. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 3.1. Objeto Social da Emissora. A Emissora tem por objeto social: (1) participar em outras sociedades que: (a) desenvolvam atividades de gestão de recursos hídricos relacionadas a: (i) locação de ativos de saneamento; (ii) captação, reservação, tratamento, distribuição e reuso de água; (iii) coleta, transporte, tratamento, disposição final e reuso de esgoto; (iv) comercialização e cobrança dos serviços prestados; e (v) implantação, estudos ambientais, operação e manutenção de sistemas de água e esgoto, contratos de concessão de serviços públicos e projetos de parcerias público privadas na área de engenharia ambiental; (b) desenvolvam atividades na área de meio ambiente relacionadas a: (i) prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares; (ii) prestação de serviços de coleta seletiva; (iii) operação e manutenção de centrais de triagem; (iv) implantação, operação e manutenção de centrais de tratamento de resíduos, compreendendo compostagem, incineração, resíduos sólidos domiciliares e industriais, estações de transbordo e aterros sanitários; (v) implantação, operação e manutenção de tratamento de água, esgotos e efluentes diversos, inclusive para fins de reutilização; (vi) aproveitamento energético de resíduos, monitoramento e controle de qualidade de emissão de ar e gases; e monitoramento, avaliação e remediação de solos e águas, subterrâneas e superficiais; limpeza e manutenção de planta industriais; e (vii) prestação de serviços ambientais de resposta e emergências em portos, zonas costeiras, rios e mares; (2) explorar, diretamente, qualquer dos negócios indicados no item (1) acima; (3) locação de máquinas e equipamentos, prestação de serviços de engenharia e de consultoria em tecnologia da informação e em gestão empresarial, inclusive aquelas relacionadas a gestão de compras de materiais, bens e serviços, e outros serviços correlatos, sinérgicos ou necessários às atividades referidas acima. A Emissora pode exercer as atividades de seu objeto social no Brasil ou no exterior, diretamente ou por meio de subsidiárias, ou, ainda, por meio de participação no capital de outras sociedades.
- 3.2. Destinação dos Recursos. A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão será destinada, na seguinte ordem de prioridade, (i) à amortização parcial do saldo devedor do instrumento de conta garantida nº 000091200011921, celebrado em 20 de maio de 2014, a fim de que o saldo devedor remanescente não ultrapasse R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e (ii) ao aporte de capital pela Emissora em suas subsidiárias e controladas e ao reforço de capital de giro da Emissora.
- 3.3. Emissão. A presente Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.
- 3.4. Séries. A Emissão será realizada em série única.
- 3.5. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

- 3.6. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures.
- 3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A. instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o Escriturador Mandatário é a Itaú Corretora de Valores S.A. instituição financeira com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário. O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas em normas da CETIP.
- 3.8. Imunidade de Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis, conforme definido abaixo, antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, a documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA IV . CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 4.1. Características Básicas das Debêntures.
- (a) *Valor Nominal Unitário*. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
 - (b) *Data de Emissão*. Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será 12 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").
 - (c) *Prazo e Data de Vencimento*. As Debêntures terão prazo de vigência de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de dezembro de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de (a) declaração de vencimento antecipado, e (b) Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme aplicável.
 - (d) *Tipo e Forma*. As Debêntures são nominativas, escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato

da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista titular.

(e) *Conversibilidade.* As Debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

(f) *Espécie.* As Debêntures são da espécie quirografária.

4.2. Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder").

4.2.1. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na ICVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da ICVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da ICVM 476.

4.2.2. Nos termos da ICVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada e atualmente em vigor ("ICVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da ICVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.2.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na ICVM 476 e nesta Escritura de Emissão, observadas as hipóteses previstas no



parágrafo único do artigo 13 e nos parágrafos do artigo 15 da ICVM 476; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

- 4.2.4. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da ICVM 476.
- 4.2.5. A Oferta Restrita terá início a partir do momento em que for realizada a primeira procura a potenciais investidores, devendo o Coordenador Líder enviar, à CVM, a comunicação prevista no artigo 7º-A da ICVM 476. A Oferta Restrita encerrar-se-á em até 6 (seis) meses de seu início ou quando as Debêntures forem subscritas e integralizadas, o que ocorrer primeiro.
- 4.2.6. A Emissora obriga-se, até a data de apresentação da comunicação de encerramento da Oferta Restrita para a CVM a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.
- 4.2.7. Para os fins da presente Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, feriados declarados nacionais e feriados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- 4.2.8. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da ICVM 476, tendo como público alvo apenas Investidores Qualificados, observado ainda o disposto no artigo 4º da ICVM 476.
- 4.2.9. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.
- 4.2.10. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.
- 4.3. Preço de Integralização. Observados os procedimentos da CETIP, as Debêntures serão subscritas, no mercado primário, e integralizadas à vista, pelo seu Valor Nominal Unitário

acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização, de acordo com o disposto no item (4.4) abaixo ("Preço de Integralização"). A integralização das Debêntures será feita no ato da subscrição ou em data posterior.

4.3.1. Sem prejuízo do disposto na ICVM 476 e no item (2.4.1) acima, as Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após integralizadas.

4.4. Remuneração das Debêntures. As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir:

- (a) *Atualização Monetária*. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
- (b) *Remuneração*. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, *over extra-grupo* ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 2,12% (dois inteiros e doze centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data de pagamento da Remuneração, e paga anualmente, a partir de 12 de dezembro de 2015, inclusive, de acordo com a fórmula abaixo.

Os períodos de capitalização são cada um dos intervalos de tempo de 12 (doze) meses, sendo compreendidos entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos demais Períodos de Capitalização, e a data de pagamento da Remuneração subsequente, ou a Data de Vencimento das Debêntures, ou a data em que ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou a data de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, o que ocorrer primeiro ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração referente a cada Período de Capitalização será paga ao fim de cada Período de Capitalização.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

“J” = valor unitário da Remuneração acumulada no período, devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“VNe” = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, de cada Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorJuros” = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

“FatorDI” = produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo ‘k’ um número inteiro;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo ‘n’ um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

DI-Over

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“DI_k” = Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“Fator Spread” = Sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

onde:

“spread” = 2,12 (dois inteiros e doze centésimos); e

“n” = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(Fator DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

- 4.4.1. *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI-Over.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI-Over pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI-Over

divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI-Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto no item (4.4.2) seguinte quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.4.2. *Indisponibilidade Não Temporária da Taxa DI-Over.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI-Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou mesmo no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI-Over ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definição abaixo) para os Debenturistas deliberarem, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI-Over divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.4.2.1. Caso a Taxa DI-Over volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, a última Taxa DI-Over divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.4.2.2. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal

Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo resgate, caso em que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível.

4.4.2.3. Farão *jus* à Remuneração aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento da Remuneração.

- 4.5. Amortização do Valor Nominal Unitário. Sem prejuízo das hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total, Vencimento Antecipado e Amortização Extraordinária Facultativa, nos termos das Cláusulas V e 4.14, o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures será amortizado em uma única parcela na Data de Vencimento.
- 4.6. Pagamento da Remuneração das Debêntures. Observado o disposto no item (4.7), a seguir, a Remuneração das Debêntures será paga anualmente, a partir do 12º mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de dezembro de 2015 e o último, em 12 de dezembro de 2017, salvo em caso de liquidação antecipada das Debêntures resultante (a) do vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (b) do Resgate Antecipado Facultativo Total.
- 4.7. Forma de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Escriturador Mandatário das Debêntures para os Debenturistas que não possuam suas Debêntures depositadas em custódia eletrônica vinculada à CETIP.
- 4.8. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista na presente Escritura de Emissão, inclusive no que se refere ao pagamento do Preço de Integralização, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos em que os pagamentos sejam realizados através da CETIP, hipótese em que somente serão prorrogados se coincidirem com sábados, domingos ou feriados declarados nacionais.
- 4.9. Multa e Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados *pro rata die* sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento,

independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

- 4.10. Atraso no Recebimento dos Pagamentos. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará o direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.
- 4.11. Publicidade. Todos os atos e decisões decorrentes da emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos Debenturistas deverão ser veiculados no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo; bem como na página da Emissora na Internet, qual seja, www.odebrechtambiental.com, sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo o prazo de manifestação dos Debenturistas, caso seja necessária nos termos da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão, corresponder àquele estabelecido na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, conforme o caso. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo, nos termos da Cláusula 10.3.
- 4.12. Repactuação. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.
- 4.13. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido no item (9.2.2) abaixo), observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei 6.404, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas conforme previsto neste item (4.13) poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item (4.13), se e quando recolocadas no mercado farão *jus* à mesma Remuneração das Debêntures aplicáveis às demais Debêntures em Circulação.
- 4.14. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Antecipada Facultativa. A partir de 13 de junho de 2015 (inclusive), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, o resgate antecipado facultativo total (“Resgate Antecipado Facultativo Total”) ou a amortização antecipada facultativa (“Amortização Extraordinária”).

Facultativa”) das Debêntures, mediante aviso aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da respectiva data do evento, com o consequente cancelamento de tais Debêntures.

- 4.14.1. Na notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Facultativa deverão constar (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Facultativa; (ii) no caso da Amortização Extraordinária Facultativa, o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures; e (iii) quaisquer outras informações relevantes aos Debenturistas.
- 4.14.2. Independentemente de seu valor, o montante do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Facultativa deverá contemplar proporcionalmente todas as Debêntures, objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Facultativa.
- 4.14.3. O Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Extraordinária Facultativa será realizada mediante o pagamento aos Debenturistas do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, no caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, e de parcela do Valor Nominal Unitário, ou parcela do saldo do Valor Nominal Unitário, no caso de Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ou a data da Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, e do prêmio indicado na tabela a seguir (“Prêmio de Reembolso”):

Data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Facultativa	Percentual para cálculo do Prêmio de Reembolso (incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Facultativa)
Entre 13 de junho de 2015 e 12 de dezembro de 2015, inclusive	0,21% (vinte e um centésimos por cento) <i>flat</i>
Entre 13 de dezembro de 2015 e 12 de junho de 2016, inclusive	0,20% (vinte centésimos por cento) <i>flat</i>
Entre 13 de junho de 2016 e 12 de dezembro de 2016, inclusive	0,16% (dezesseis centésimos por cento) <i>flat</i>
Entre 13 de dezembro de 2016 e 12 de junho de 2017, inclusive	0,14% (quatorze centésimos por cento) <i>flat</i>
Entre 13 de junho de 2017 e a Data de Vencimento, exclusive	0,10% (dez centésimos por cento) <i>flat</i>

- 4.15. O Resgate Antecipado Facultativo Total e a Amortização Extraordinária Facultativa deverão ocorrer conforme os procedimentos operacionais da CETIP.
- 4.16. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Facultativo Total e da Amortização Extraordinária Facultativa será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Escriturador Mandatário, no caso dos Debenturistas que não possuam suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

CLÁUSULA V . VENCIMENTO ANTECIPADO

- 5.1. Eventos de Inadimplemento. Observados os procedimentos previstos nos itens (5.2) a (5.4) abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, e demais encargos aplicáveis, em sua integralidade, na ocorrência dos seguintes eventos (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):
- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado da data do respectivo vencimento;
 - (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data estipulada para o cumprimento, sendo que este prazo não se aplica para as obrigações que possuam prazo de cura específico;
 - (c) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária pela Emissora, no montante igual ou superior, individualmente ou agregado, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de cura aplicável à respectiva dívida ou, na sua ausência, em até 3 (três) Dias Úteis;
 - (d) caso ocorra (a) extinção, dissolução ou a liquidação da Emissora e/ou Controlada Relevante; (b) a decretação de falência da Emissora e/ou Controlada Relevante; (c) o pedido de autofalência, por parte da Emissora e/ou Controlada Relevante; (d) o pedido de falência formulado por terceiros contra a Emissora e/ou Controlada Relevante e desde que tal pedido não seja devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito judicial,

rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos legais aplicáveis; ou (e) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou Controlada Relevante, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;

- (e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora aos Debenturistas, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se o valor do(s) título(s) foi(ram) depositado(s) em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto
- (f) a apresentação de pedido, por parte da Emissora e/ou Controlada Relevante, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- (g) o ingresso pela Emissora e/ou Controlada Relevante em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (h) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor, individual e/ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou equivalente em outras moedas;
- (i) deterioração do estado econômico-financeiro da Emissora, que implique em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (j) mudança ou alteração do objeto social da Emissora, de forma a alterar as principais atividades atuais da Emissora;
- (k) inobservância da legislação socioambiental, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como incentivo, de qualquer forma, pela Emissora, da prostituição ou utilização em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
- (l) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos captados com a Emissão estritamente nos termos do item (3.2) acima;

- (m) encampação, caducidade ou qualquer outra forma de perda do controle das concessionárias caracterizadas como Controladas Relevantes;
- (n) observada a possibilidade de oneração dos dividendos e quaisquer proventos relacionados às quotas e/ou ações pertencentes à Emissora, desde que em garantia dos financiamentos dos projetos contratados por suas sociedades controladas, oneração dos dividendos e quaisquer proventos relacionados às quotas e/ou ações pertencentes à Emissora, de emissão das Controladas Relevantes;
- (o) perda ou mudança, direta ou indireta, de controle da Emissora ou de suas Controladas Relevantes, excetuando-se (i) se os atuais controladores da Emissora se mantiverem no bloco de controle ou com controle compartilhado na Emissora; (ii) se a Emissora se mantiver no bloco de controle ou com controle compartilhado das Controladas Relevantes; e (iii) perda ou mudança de controle nas companhias Odebrecht Ambiental Manso S.A., Odebrecht Ambiental – Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A., Odebrecht Ambiental – Goiás S.A. e Odebrecht Ambiental – Macaé S.A., exceto, neste caso, se a Emissora continuar no bloco de controle ou mantiver controle compartilhado;
- (p) caso ocorra a transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei 6.404;
- (q) cisão, fusão e incorporação (incluindo incorporação de ações) da Emissora, exceto por (i) aquelas previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; e/ou (ii) reorganizações societárias dentro do mesmo grupo econômico do qual a Emissora faz parte, sem mudança do controle direto ou indireto da Emissora;
- (r) caso quaisquer declarações prestadas pela Emissora em quaisquer documentos da Oferta Restrita sejam inverídicas, imprecisas ou incompletas em qualquer aspecto materialmente relevante;
- (s) não cumprimento de qualquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado contra a Emissora que (i) impactem de forma adversa e relevante as operações da Emissora; ou (ii) resultem no pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou equivalente em moeda estrangeira; ou (iii) gere uma obrigação de fazer para a Emissora cujo custo, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou equivalente em moeda estrangeira;
- (t) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas a título de remuneração do capital, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura

de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei 6.404;

- (u) cessão, promessa de cessão, qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (v) questionamento judicial, pela Emissora, ou controladas, de quaisquer termos desta Escritura de Emissão;
- (w) redução do capital social da Emissora, exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) se realizada para absorção de prejuízos;
- (x) revogação ou recusa na renovação de autorização ou licença, inclusive ambiental, exigida para a manutenção do exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se a Emissora já tiver iniciado os procedimentos administrativos ou judiciais para renovação e/ou obtenção das respectivas licenças aqui mencionadas; e
- (y) extinção de contrato de concessão de Controladas Relevantes por ato do Poder Concedente, cujos efeitos não sejam suspensos por decisão judicial ou administrativa dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da declaração da rescisão, anulação, caducidade e/ou encampação.

5.1.1. Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se “Controladas Relevantes” as subsidiárias da Emissora que, (a) individualmente, representem no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) (i) dos dividendos pagos ou declarados; ou (ii) do ativo consolidado da Emissora; ou, (b) cumulativamente, representem no mínimo, (i) 40% (quarenta por cento) dos dividendos pagos ou declarados; ou (ii) 33,3% (trinta e três inteiros e três décimos por cento) do ativo consolidado da Emissora, exceto Odebrecht Ambiental Manso S.A., Odebrecht Ambiental – Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A., Odebrecht Ambiental – Goiás S.A. e Odebrecht Ambiental – Macaé S.A.. Para fins do disposto neste item (5.1.1), o cálculo dos percentuais deverá ser feito com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas da Emissora, relativas ao exercício social imediatamente anterior ao da ocorrência do evento que gere a necessidade desta verificação.

- 5.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (d), (f), (g), (h), (p), (q), (t), (u), (v) e (w) da Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, devendo o Agente

DEBÊNTURES

Fiduciário, assim que ciente, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

- 5.3. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, que não os listados no item 5.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, observados os respectivos prazos de cura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto no item (9.1) desta Escritura de Emissão e o quórum específico estabelecido no item (5.3.1), abaixo.
- 5.3.1. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item (5.3) poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.
- 5.3.2. Adicionalmente, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, conforme o caso.
- 5.3.3. Sem prejuízo do disposto nos itens acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário, os Debenturistas ou a Emissora poderão convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto no item (9.1) desta Escritura de Emissão e o quórum específico estabelecido no item (5.3.1), acima.
- 5.4. Observados os procedimentos previstos no item (5.3) anterior, se declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada, ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, à Emissora, com cópia à CETIP e ao Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6

CLÁUSULA VI. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Obrigações Adicionais. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação em vigor, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir as disposições abaixo:

- (a) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as seguintes obrigações:
 - (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei 6.404 e com as regras emitidas pela CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
 - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (iv) manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("ICVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da ICVM 358, comunicando em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário;
 - (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
 - (viii) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos dos subitens (iii) e (iv) acima; e
 - (ix) encaminhar ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua publicação o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao exercício social findo, acompanhadas de parecer

DECLARAÇÃO

dos auditores independentes e (2) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (b) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente referente às suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis;
- (c) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP e/ou pela CVM;
- (d) comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência de Evento de Inadimplemento que, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures. Tal comunicação deverá ser feita em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures;
- (e) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional. Tal comunicação deverá ser feita em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de tal fato;
- (f) obter ou manter válidas e regulares, conforme o caso, as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações que estejam em processo de renovação ou sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé ou esteja tomando as medidas necessárias para a correção;
- (g) exceto com relação àqueles pagamentos questionados na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária;
- (h) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (a) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;

DEBÊNTURES
Emissão

- (i) contratar e manter contratados, às suas expensas, os demais prestadores de serviços necessários ao cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, quais sejam: (a) Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; (b) Agente Fiduciário; e (c) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (i.e., CETIP21);
- (j) enviar ao Agente Fiduciário organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("ICVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização de cada um deles na CVM. O referido organograma societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas limitado à estrutura da Emissora, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (k) utilizar os recursos obtidos com a Emissão exclusivamente conforme descrito nesta Escritura de Emissão;
- (l) declarar, garantir e responder pela veracidade, consistência, qualidade, precisão, completude e suficiência de todas as informações por ela prestadas ao mercado durante a Oferta Restrita e, caso as informações se tornem inverídicas, inconsistentes, sem qualidade, imprecisas, incompletas ou insuficientes, durante a vigência das Debêntures, notificar em até 1 (um) Dia Útil e por escrito tal fato ao Agente Fiduciário;
- (m) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei 6.404 e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora: (a) balanço patrimonial; (b) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (c) demonstração do resultado do exercício; (d) parecer da auditoria externa; e (e) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria;
- (n) fornecer ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCESP, em até 15 (quinze) dias corridos contados da respectiva data de registro na JUCESP; e
- (o) não praticar qualquer ato ou negócio em desacordo com seu estatuto social ou não abrangido no seu objeto social.

- 6.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA VII. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. A Emissora, neste ato, declara e garante, nesta data, que:

- (a) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura de Emissão e a cumprir as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigível, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (a) seu Estatuto Social; ou (b) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (e) exceto pelos registros desta Escritura de Emissão e da ata da AGE na JUCESP e publicação da ata da AGE, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, consentimento, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão;
- (f) a celebração desta Escritura de Emissão, bem como o cumprimento das obrigações relativas à Emissão das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento dos

11.05.14

quais sejam parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

- (g) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato relevante, de qualquer natureza e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (h) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral ou inquérito, inclusive de natureza ambiental, envolvendo a Emissora, perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa afetar substancialmente sua capacidade de cumprir suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas;
- (i) a Emissora ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, ressalvadas quaisquer imunidades emanadas de normas vigentes relativas a bens ou serviços públicos que sejam aplicáveis à Emissora;
- (j) está em cumprimento das leis e regulamentos (inclusive ambientais) a ela aplicáveis, não tendo conhecimento de ter causado ou permitido o surgimento de qualquer responsabilidade, que resulte ou possa resultar e afetar adversamente a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações pecuniárias junto aos Debenturistas, exceto aquelas que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé;
- (k) as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades atuais estão válidas ou em processo de renovação ou obtenção, conforme o caso, exceto aquelas que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé; e
- (l) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

CLÁUSULA VIII . DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1. Nomeação do Agente Fiduciário. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

DECLARAÇÃO
DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.2. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei 6.404, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da ICVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (j) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário nos termos da legislação aplicável em vigor;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com seus termos e condições;



- (l) aceita a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas no item (5.1) desta Escritura de Emissão;
- (m) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (n) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas emissões descritas no Anexo II à presente Escritura de Emissão; e
- (o) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da ICVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo II à presente Escritura de Emissão, bem como aos Debenturistas da Oferta Restrita.

8.3. Exercício das Funções e Remuneração do Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (i) Parcela única de R\$7.286,27,00 (sete mil e duzentos e oitenta e seis reais e vinte e sete centavos). A parcela será devida 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura desta Escritura de Emissão;
- (ii) O Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação de serviços, devendo restituir à Emissora, se assim solicitado pela mesma, a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus;
- (iii) O pagamento da parcela de remuneração descrita acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescido dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a

remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento; Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, sem prejuízo de atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

- (iv) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;
- (v) A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: publicações em geral, reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, digitalizações, envios de documentos, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, despesas com viagens, alimentação, transporte e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros ou assessoria legal dos Debenturistas; e
- (vi) No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

- 8.4. Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
 - (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - (e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, conforme aplicável, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
 - (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
 - (h) solicitar, quando estritamente necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como nas demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
 - (i) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas da mesma;

- (j) convocar, quando necessário, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleias Gerais de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei 6.404, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgates, amortizações e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto à Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão; e
 - (ix) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver;

- (m) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (l) acima aos Debenturistas dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP;
 - (iv) na CVM; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder;
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) calcular o valor unitário e disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado diariamente referido cálculo, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotrustee.com.br; e
- (s) responsabilizar-se integralmente pelas atividades de agente fiduciário a que se obrigou em

razão de sua contratação como Agente Fiduciário, nos termos da legislação vigente.

8.4.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observadas as condições dos itens (5.1) a (5.3) desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

8.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (i) a (iii) do item (8.4.1) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação dos Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do subitem (iv), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

8.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da ICVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei 6.404, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.4.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos

encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.4.5. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.5. Substituição do Agente Fiduciário. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, pedindo sua substituição, sendo certo que a remuneração devida será calculada *pro rata temporis*.

8.5.1. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.5.2. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

8.5.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada

pro rata temporis, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

- 8.5.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na ICVM 28.
- 8.5.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
- 8.5.6. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.
- 8.5.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as regras e preceitos da CVM.

CLÁUSULA IX. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1. Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas. Observado o previsto no item (9.1.5) abaixo, os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei 6.404, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).
 - 9.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.
 - 9.1.2. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei 6.404, a respeito das assembleias gerais de acionistas, inclusive os prazos de convocação previstos no inciso I do § 1º do artigo 124 da Lei 6.404, enquanto a Emissora for companhia fechada.
 - 9.1.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item (4.11) desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à

publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei 6.404, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.4. Serão dispensadas as formalidades descritas neste item (9.1) no caso de comparecimento da totalidade dos Debenturistas à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.2. Quóruns de Instalação e Deliberação. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.2.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá um voto a cada Debênture em Circulação, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

9.2.2. Para todos os efeitos desta Escritura de Emissão, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.2.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.2.5. A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes, ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.2.6. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.2.7. Não estão incluídos no quórum a que se refere o item (9.2.6), acima: (i) os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e (ii) alterações, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da

Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, acerca das seguintes matérias: (a) quóruns estabelecidos nesta Escritura; (b) disposições estabelecidas nesta Cláusula IX; (c) espécie das Debêntures; (d) criação de evento de repactuação; (e) Cláusula V acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; (f) Remuneração; ou (g) quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores nesta Escritura de Emissão.

9.2.8. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade dos Debenturistas.

9.2.9. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes, vincularão a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

CLÁUSULA X .DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, para qualquer dos subscritores desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas ou à Emissora, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora ou do Agente Fiduciário e dos Debenturistas, respectivamente, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia a eles ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.

10.2. Custos de Registro. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.3. Comunicações. As comunicações a serem enviadas para a Emissora ou para o Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora

Odebrecht Ambiental S.A.

Alameda Xingu, 350, 18º andar
Alphaville Industrial – Barueri - SP
CEP: 06455-911
Tel: (11) 3173-2500
Fax: (11) 3173-2619
At.: Diretor Jurídico / Igor Moreira
E-mail: mdbezerra@foz.com.br / igormoreira@foz.com.br

Para o Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304 - Barra da Tijuca
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22640-102
Tel: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
CEP 01452-001, São Paulo/SP
Tel.: +55 (11) 3111.1596
Fax: +55 (11) 3111.1564
At.: Gerência de Valores Mobiliários
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para o Banco Liquidante

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal
CEP 04344-902, São Paulo/SP
Tel.: +55 (11) 2797-4441
Fax: +55 (11) 2797-3140
At.: Sr. Luiz Petito
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador
Mandatário

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

CEP 04538-133, São Paulo/SP

Tel.: +55 (11) 2797-4441

Fax: +55 (11) 2797-3140

At.: Sr. Luiz Petito

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

- 10.3.1. Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.
- 10.3.2. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das Partes, conforme aplicável.
- 10.4. Lei Aplicável. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 10.5. Foro. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura oriundas desta Escritura de Emissão.
- 10.6. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as Partes por si e por seus sucessores.
- 10.7. Ilegalidade de Disposições. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 10.8. Título Executivo. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem um título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.9. Prazos. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra descrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 08 de dezembro de 2014

(assinaturas seguem nas 3 (três) próximas páginas)

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

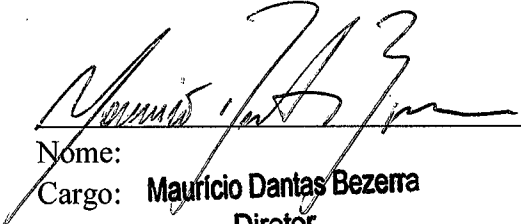
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA
2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.)

Pela Emissora:

ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.



Nome: **Tician Vaz Sampaio Marianetti**
Cargo: **Diretora**



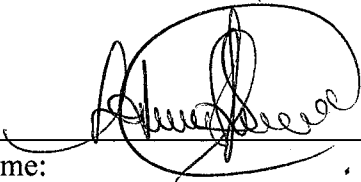
Nome: _____
Cargo: **Mauricio Dantas Bezerra**
Diretor



(PÁGINA DE ASSINATURAS 2/3 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.)

Pelo Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: **Ana Paula de Oliveira**
Procuradora
RG: 28.306.958-2
CPF: 216.001.828-79



(PÁGINA DE ASSINATURAS 3/3 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.)

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

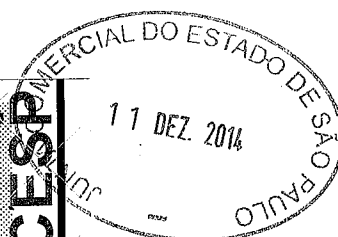
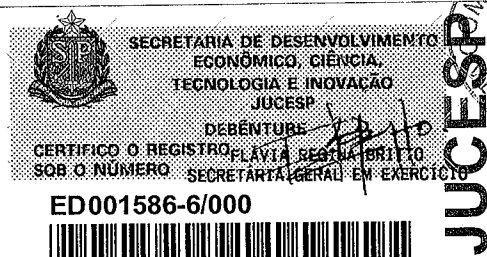
Magda Picone Casamayor
CPF: 094.420.168-73
RG: 19.184.545-0 SSP-SP

Nome:

RG:

CPF:

Yara Fukuda
R.G.: 4.350.780 SSP/SP
C.P.F.: 250 447 458-34



ANEXO I

OPERAÇÕES NAS QUAIS A PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ATUA COMO AGENTE FIDUCIÁRIO PARA EMPRESAS DO GRUPO ODEBRECHT NOS TERMOS DO ARTIGO 10 DA ICVM 28.

- I) 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da espécie quirografária, da Emissora, com vencimento em 19 de agosto de 2016, pela qual foram emitidas 100 (cem) debêntures, totalizando o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. Na data da emissão, as debêntures da 1ª (primeira) emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão;
- II) 1ª (primeira) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada da F.AB Zona Oeste S.A., com vencimento em 30 de abril de 2020, em que foram emitidas 96 (noventa e seis mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsto na respectiva escritura de emissão, sendo certo que até a presente data não foi verificado nenhum evento de resgate, repactuação, conversão e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da Emissora são garantidas por garantia real de penhor das ações de emissão da F.AB Zona Oeste S.A. e de cessão fiduciária de recebíveis da F.AB Zona Oeste S.A.;
- III) 3ª (terceira) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para colocação privada da F.AB Zona Oeste S.A., com vencimento em 30 de abril de 2020, em que foram emitidas 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures da 1ª (primeira) série e 5.000 (cinco mil) debêntures da 2ª (segunda) série, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Até a presente data não ocorreram eventos de amortização, resgate, repactuação, conversão e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da Emissora são garantidas por garantia real de penhor das ações em segundo grau de emissão da F.AB Zona Oeste S.A., de cessão fiduciária de recebíveis da F.AB Zona Oeste S.A. e fiança prestada pela Emissora;
- IV) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária e garantia real adicional fidejussória, a ser transformada em espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços



contratos de prestação de serviços, da conta vinculada e dos direitos das aplicações financeiras, conforme previsto na respectiva escritura de emissão;

- VII) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de subscrição, sob regime de garantia firma de colocação, da Distribuidora de Águas Triunfo S.A., com vencimento em 15 de maio de 2027, em que foram emitidas 22.000 (vinte e duas mil) debêntures, no valor de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais). Até a presente data foram verificados evento de amortização e não ocorreram quaisquer eventos de resgate, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. Na data de emissão, as debêntures da Distribuidora de Águas Triunfo S.A. são garantidas por alienação fiduciária de ações de titularidade da Odebrecht Utilities S.A., na Distribuidora de Águas Triunfo S.A., e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de fornecimento, bem como os direitos relativos às contas oneradas e das aplicações financeiras, conforme previsão na respectiva escritura de emissão; e
- VIII) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Distribuidora de Água Camaçari S.A., com vencimento em 15 de março de 2025, em que foram emitidas 17.000 (dezessete mil) debêntures, no valor de R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais). Até a presente data não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. Na data de emissão, as debêntures da Distribuidora de Águas Camaçari S.A. são garantidas cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de fornecimento, bem como os direitos relativos à conta reserva do serviço de dívida e das aplicações financeiras, conforme previsão na respectiva escritura de emissão.

